



# COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000

v.20, n.1, p. 304-321, jan.-jun. 2025

DOI: <https://doi.org/10.5016/zye3nx45>

## **Desordem informacional e Inteligência Artificial: implicações éticas e deontológicas para o jornalismo no contexto das plataformas digitais**

*Desorden informativo e Inteligencia Artificial: implicaciones éticas y deontológicas para el periodismo en el contexto de las plataformas digitales*

*Information disorder and Artificial Intelligence: ethical and deontological implications for journalism in the context of digital platforms*

**Maurício João VIEIRA FILHO**

Doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor substituto no Departamento de Fundamentos, Teorias e Contextos (FTC) da Faculdade de Comunicação (FACOM).

E-mail: [mauriciovieiraf@gmail.com](mailto:mauriciovieiraf@gmail.com)

**Talita Souza MAGNOLO**

Doutora pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Professora Substituta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [talita.magnolo@yahoo.com.br](mailto:talita.magnolo@yahoo.com.br)

*Enviado em: 29 jul. 2025*

*Aceito em: 22 ago. 2025*

## RESUMO

A desinformação tem adquirido novos contornos com avanços de sistemas tecnológicos e plataformizados, constituindo desafios para a sociedade e a democracia. Objetiva-se discutir as implicações contemporâneas impulsionadas pela Inteligência Artificial (IA) e pela desordem informacional no contexto das plataformas digitais para o jornalismo. Em caráter ensaístico, avança-se com reflexões sobre desordem informacional, toxicidade, plataformização da violência, jornalismo automatizado e impactos algorítmicos nas notícias. Com essas alterações na construção da realidade, o jornalismo tem sido crivado por desconfiças e pela consolidação de plataformas sem mecanismos regulatórios e legais.

**Palavras-chave:** *Desordem informacional; Inteligência artificial; Jornalismo.*

## RESUMEN

La desinformación ha adquirido nuevos contornos con los avances de los sistemas tecnológicos y las plataformas, lo que supone un reto para la sociedad y la democracia. El objetivo es debatir las implicaciones contemporáneas impulsadas por la inteligencia artificial (IA) y el desorden informativo en el contexto de las plataformas digitales para el periodismo. En forma de ensayo, se avanza con reflexiones sobre el desorden informativo, la toxicidad, la plataforma de la violencia, el periodismo automatizado y los impactos algorítmicos en las noticias. Con estos cambios en la construcción de la realidad, el periodismo se ha visto afectado por la desconfianza y la consolidación de plataformas sin mecanismos regulatorios y legales.

**Palabras-clave:** *Desorden informativo; Inteligencia artificial; Periodismo.*

## ABSTRACT

Misinformation has taken on new forms with advances in technological and platform-based systems, posing challenges for society and democracy. The objective is to discuss the contemporary implications driven by Artificial Intelligence (AI) and informational disorder in the context of digital platforms for journalism. In an essayistic manner, we reflect on information disorder, toxicity, the platformization of violence, automated journalism, and algorithmic impacts on the news. With these changes in the construction of reality, journalism has been sifted through mistrust and the consolidation of platforms without regulatory and legal mechanisms.

**Keywords:** *Information disorder; Artificial intelligence; Journalism.*

## Introdução

Na era da comunicação digital, a desinformação tem se constituído como um desafio para a sociedade e a democracia. Esse fenômeno atinge contornos cada vez mais complexos com a plataformização, os sistemas generativos de inteligência artificial (IA) e as guerras simbólicas em torno do que é tido como verdade, pós-verdade e (des)informação, cujas consequências afetam diretamente o modo como as pessoas constroem significados para a realidade do mundo em que vivem e as interações que estabelecem. O jornalismo, instituição basilar para a informação e a produção de conhecimentos sobre a realidade, tem enfrentado dilemas éticos e deontológicos que exigem repensar as práticas e o próprio fortalecimento da credibilidade diante dos riscos de enfraquecimento.

Em caráter ensaístico, o objetivo deste texto é discutir as implicações contemporâneas impulsionadas pela IA e pela desordem informacional no contexto das plataformas digitais para o jornalismo. Essas questões da atualidade começaram a ser objeto de preocupação no campo jornalístico a partir do momento em que ocorreu uma digitalização da produção de conteúdos juntamente à facilidade de produção e edição que qualquer usuário dos meios digitais têm, alerta feito por Leal, Vaz e Antunes (2014) há uma década no livro “Para entender o jornalismo”. Somos levados a aprofundar essa discussão tendo em vista a consolidação das políticas de governança das plataformas digitais que permitem a produção, a promoção e a circulação de conteúdos falsos, incorretos e manipulados, eliminam mecanismos de checagem de informações e adotam posturas autoritárias alinhadas a governos extremistas.

Recentemente, os jornais internacionais *The Guardian*, *La Vanguardia* e *Le Monde* anunciaram a saída da plataforma X - anteriormente *Twitter* – por motivos semelhantes: a consolidação de um ambiente de hostilidade e de violência impulsionado pelos discursos de Elon Musk, bilionário, atual proprietário da plataforma e aliado do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Em novembro de 2024, o *The Guardian* publicou um texto no qual assinalou como a medida foi tomada institucionalmente, considerando o racismo e as teorias da conspiração insufladas pela extrema-direita política na plataforma. O veículo jornalístico destacou: “acreditamos que os benefícios de estar no X agora são superados pelos pontos negativos e que os recursos poderiam ser melhor utilizados para promover

nosso jornalismo em outros lugares” (The Guardian, 2024, parágrafo 1)<sup>1</sup>. Trata-se de um alerta para a sociedade, haja vista que, na mesma linha de encerramento de atividades, mais de 60 universidades de língua alemã deixaram a plataforma que se tornou palco das ações orquestradas da extrema-direita política e das práticas de conspiração e difusão de ignorância sobre a realidade.

Cientes da complexidade do problema apontado – que tende a piorar com as mudanças anunciadas pela *Meta*<sup>2</sup> (*big tech*<sup>3</sup> proprietária das plataformas *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp* cujo principal nome é o bilionário Mark Zuckerberg) no começo de janeiro de 2025, dias antes da posse de Donald Trump –, propomos duas seções de discussão que se interconectam ao objetivo apresentado. A primeira parte do texto avança na reflexão sobre desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2019), toxicidade e plataformização da violência (Recuero, 2024) como desafios geradores de embates para o jornalismo que tendem a enfraquecer os veículos e intensificar uma crise de credibilidade diante da sociedade. Em seguida, a segunda seção se direciona para outra implicação contemporânea, a IA e sua incorporação à profissão, atravessando o fazer jornalístico e o modo como as narrativas são contadas. Para tanto, avançamos com as discussões de jornalismo automatizado (Cabral, 2022) e de impactos algorítmicos nas notícias (Barcellos, 2024). É importante destacar que o contexto sócio-histórico marcado pela efervescência das plataformas digitais e da IA generativa como centralidades da comunicação requer atenção, especialmente devido à ausência regulatória legal para esses serviços operarem e aos interesses comerciais das *big techs* (VIEIRA FILHO; BHERING, 2024).

## Desordem informacional, toxicidade e plataformização da violência

---

<sup>1</sup> No original: “We think that the benefits of being on X are now outweighed by the negatives and that resources could be better used promoting our journalism elsewhere” (The Guardian, 2024, parágrafo 1).

<sup>2</sup> Em 7 de janeiro de 2025, a Meta anunciou que retornaria as origens sobre o que acredita ser liberdade de expressão nos serviços oferecidos. Sem nos aprofundarmos em uma discussão aprofundada sobre as diferenças entre o que é considerado liberdade de expressão atualmente por determinadas organizações e grupos, o que a corporação propõe é a abertura aos discursos de ódio, bem como a extinção dos mecanismos de verificação que funcionavam nas plataformas digitais. Com alegações de que a censura tem sido feita por governos e sujeitos progressistas, a *Meta*, representada pela figura de Mark Zuckerberg, reiterou que poderá trabalhar junto a Donald Trump para combater pressões externas (Léon, 2025).

<sup>3</sup> Consolidadas a partir dos anos 2010, há cinco grandes *big techs* que predominam na comunicação: *Alphabet*–*Google*, *Amazon*, *Apple*, *Meta* (anteriormente chamada por *Facebook*) e *Microsoft* (D’Andréa, 2020)

Em 2016, o dicionário de língua inglesa *Oxford* elegeu “pós-verdade” como a palavra do ano, cujo significado remete a um cenário em que as crenças e as emoções são mais importantes e convincentes para os indivíduos do que a objetividade dos fatos. Trata-se de entender, portanto, que estamos em uma:

[...] condição absolutamente paradoxal da nossa contemporaneidade, um tempo no qual a opinião pública parece perder seu lastro de uma pretensa verdade objetiva, um horizonte ético racional, assumindo, em seu lugar, posicionamentos que parecem se resguardar muito mais no campo das crenças e emoções (BORGES JÚNIOR, 2019, P. 525).

Na língua portuguesa, a pós-verdade tornou-se uma palavra reconhecida no vocabulário em 2021, pela Academia Brasileira de Letras, como uma forma de caracterizar o apelo dado às emoções no lugar de fato apurados e checados por instituições certificadas, como os veículos jornalísticos. Importante situar que essa forma de apreensão das coisas do mundo ganha força com a ascensão política de determinados sujeitos e organizações, como o contexto das eleições estadunidenses de 2016, a emergência do termo *fake news*, o *Brexit* no Reino Unido e a pandemia de covid-19. No Brasil, em específico, isso se dá com a força adquirida pela extrema-direita política nas plataformas digitais durante o contexto eleitoral dos anos 2010, mas, sobretudo, em 2018 com o período eleitoral, quando grupos se organizaram por redes sociais digitais como *WhatsApp*, *Twitter* (atual X), entre outras, e conseguiram capturar possíveis eleitores e apoiadores de ideologias conservadoras.

Borges Júnior (2019) reflete que a proliferação de informações duvidosas juntamente à aceitação acrítica de mensagens nas plataformas digitais tem colocado sob o fio da navalha o que se entende por verdade. Apesar de a “pós-verdade” representar uma nova realidade na comunicação, o conceito reduz a complexidade do que é verdade e do que é mentira, borrando as fronteiras nos discursos e embaralhando as consequências nas interações humanas, assim como impacta diretamente a apreensão dos fenômenos sociais que conformam a percepção contemporânea na esfera pública. Interessante salientar, na linha de pensamento do pesquisador, que a desinformação e a ausência de sistemas de verificação de fatos passaram a ser consideradas aceitáveis socialmente.

A agenda pública tem sido apropriada pelo medo, pelo ódio e pelas dúvidas como forma de atingir grandes volumes de pessoas, sobretudo aquelas que não possuem competências críticas para leitura dos acontecimentos mediados pelos meios de comunicação e, assim, estão em condições potenciais de acreditar em narrativas

manipuladas (Barreto, 2022). Para que isso ocorra, há um conjunto de estratégias empregado para falsificar a realidade e, dessa forma, fazer com que discursos sejam apreendidos como verdadeiros. “As Fake News inauguram uma nova era de manipulação política em decorrência das funcionalidades desenvolvidas pelas Tecnologias de Comunicação e Informação, da hiperconectividade inaugurada com a invenção dos smartphones e dos novos padrões de sociabilidade propiciados pela Internet” (Barreto, 2022, p. 6). A capilaridade dos ambientes digitais é um componente para que esse sistema se alastre e adquira sofisticação no modo como se organiza e captura atenção das pessoas.

Vale destacar que as *fake news*, traduzidas diretamente como notícias falsas na língua portuguesa, se tornaram um termo banalizado. Qualquer conteúdo mentiroso passou a ser chamado assim sem complexificar as implicações envolvidas pelo termo. Se notícia é um gênero textual informativo que pressupõe processos de checagem e de apuração para validação de um acontecimento, como podem existir notícias consideradas falsas? Por essa razão, a complexidade do fenômeno e as consequências políticas e sociais que ocasionam são minimizadas. Devemos compreender como um fenômeno comunicacional cujo desenvolvimento requer estratégias de ordem intencional para manipulação da opinião pública. Conforme Wardle e Derakhshan (2019, p. 47) alertam, “se quisermos pensar em soluções para esses tipos de informações que poluem nossos fluxos de mídia social e impedir que fluam para as saídas da mídia tradicional, precisamos começar a refletir sobre o problema com muito mais cuidado”. Por esse motivo, avançar para o conceito de desordem informacional expande as possibilidades de apreensão da estruturação e do impacto no ecossistema das informações na contemporaneidade (Wardle; Derakhshan, 2019).

Nesse cenário, surgem espaços propícios para o espraio da desordem informacional – fenômeno que reúne *desinformação*, *informação incorreta* e *má-informação* (Wardle; Derakhshan, 2019). As plataformas digitais são *loci* centrais para a desordem informacional conseguir se alastrar, haja vista os mecanismos algorítmicos que privilegiam o engajamento e as ausências de regulamentações legais para a contenção de perfis que criam e impulsionam esse fenômeno. Além disso, plataformas digitais são modelos de negócio, como afirma d’Andréa (2020), e não espaços horizontais de comunicação como prometem ser. Isso quer dizer que “... as plataformas são protagonistas do regime capitalista contemporâneo [...]” (D’Andréa, 2020, p. 9) e estruturam o modo como

diferentes organizações passam a funcionar e a se comunicar, influenciando diretamente nas ações do cotidiano.

Devemos salientar que a desinformação se refere a textos falsos produzidos intencionalmente, cuja divulgação ocorre por diferentes meios comunicacionais, para enganar determinados públicos. O objetivo principal é polarizar o debate público a partir de reforços a determinados pontos de vistas de instituições e sujeitos, que se beneficiarão com tais conteúdos. Em muitos textos desinformativos, os conteúdos são produzidos com o intuito de atrair públicos amplos. Para tanto, estratégias patêmicas são usadas como forma de emocionar e de se ligar a crenças e valores. A informação incorreta é falsa, mas quem a compartilha acredita que ela seja verdadeira e, assim, admissível como real. Esse problema é pernicioso, ainda mais em contextos nos quais a pós-verdade se amalgama aos problemas elencados e evidencia disputas em torno daquilo que de fato aconteceu e aquilo que se deseja acreditar por valores, moralidades e interesses convenientes para certas narrativas. A má-informação, por sua vez, se configura como uma ação cujo conteúdo, mesmo que entendido como verdadeiro, é usado para difamar ou para criar um imaginário prejudicial para alguém (WARDLE; DERA KHSHAN, 2019).

O problema da desordem informacional transcende a dicotomia entre verdade e mentira dos conteúdos e envolve manipulações, narrativas com intenções prejudiciais e produções incorretas capazes de alcançar ampla disseminação nas plataformas digitais e impacto no debate público cotidiano. Soma-se a isso, a toxicidade dos espaços que se recrudescer por meio de danos, disseminação e legitimação de discursos de violência autorizados pelas corporações operadoras dos serviços (Recuero, 2024). “Argumentamos que a estrutura das plataformas, impulsionada por sua lógica econômica, é o contexto fundamental no qual a toxicidade emerge, pois permite que a violência discursiva seja rapidamente disseminada e legitimada” (Recuero, 2024, p. 3)<sup>4</sup>. Para se compreender como esse processo se dá, devemos entender as camadas constituintes das plataformas digitais, dentre as quais Recuero (2024) destaca: a dataficação, processamento de dados dos usuários por meio de algoritmos que codificam e estabelecem decisões que afetam diretamente os conteúdos apresentados e as interações sociais; o *modelo de negócio*, conjunto de relações

---

<sup>4</sup> No original: “We contend that the structure of platforms, driven by their economic logic, is the fundamental context in which toxicity emerges, as it allows discursive violence to be quickly spread and legitimated” (Recuero, 2024, p. 3).

estabelecidas entre as plataformas e o mercado como elo fundamental para a engrenagem capitalista contemporânea; e a *governança*, que consegue interagir com os usuários por meio da articulação de regras próprias desenvolvidas pelas corporações. Sobre essa última camada, d'Andréa (2020) salienta que os termos de serviço e as diretrizes para comunidade são documentações que ordenam e regulam práticas nas plataformas. Contudo, esses mecanismos não dão conta da totalidade de práticas e, por essa razão, as plataformas criam a própria política de moderação de conteúdos.

Seja para retirar algo de circulação, seja para diminuir sua visibilidade, ou ainda para rotular como “conteúdo sensível”, o processo decisório de cada plataforma envolve sempre um complexo arranjo de trabalho – e poder – que se distribui por algoritmos e – muitas e diferentes – pessoas. O crescente uso de algoritmos para filtragem automática de conteúdos a partir de palavras-chave ou características iminentes de imagens – como corpo nu ou presença de sangue — não impede que um grande número de trabalhadores terceirizados passem horas consecutivas decidindo, em poucos segundos, se uma postagem deve ser liberada ou não (D'ANDRÉA, 2020, P. 43).

Essa compreensão nos evidencia um caráter escuso na definição do que pode ou não aparecer nas plataformas digitais. Os critérios são definidos por elas que ditam as regras do jogo platformizado no qual estamos. Pensar nesse aspecto vai ao encontro do que tem se estabelecido nas ações da *Meta*, por exemplo, a partir de 2025. Mark Zuckerberg enfatizou que a moderação dos conteúdos, antes realizada por mecanismos de verificação, será substituída por notas da comunidade – sistema semelhante ao adotado pela *X*, em que os usuários podem validar ou invalidar uma postagem. Além disso, as plataformas da *Meta* eliminarão limitações sobre temas ligados a questões de gênero e de imigração. A fala de Mark Zuckerberg se alinha aos discursos da extrema-direita e de Donald Trump, ao passo que ele enfatiza que pessoas com ideias diferentes estão sendo repreendidas nas plataformas digitais. Nesse caso, o que ele assinala é a abertura para discursos e ataques contra esses temas e grupos sociais, considerados alvos prioritários de determinados políticos e organizações, o que pode se tornar uma invectiva contra a diversidade e a democracia. Ainda, é importante ressaltar que Mark Zuckerberg enfatizou que os conteúdos sobre política tinham sido colocados de lado nas recomendações das plataformas digitais; porém, agora, segundo ele, as pessoas estão mais interessadas em tais conteúdos e, portanto, os receberão — estratégia que se interliga à alçada de determinados grupos e partidos políticos ao poder institucional (León, 2025).

O alcance projetado aos perfis somado à infraestrutura de dados e aos interesses das governanças das plataformas digitais constituem espaços que legitimam comportamentos de ódio e potencializam a violência. A resposta de veículos jornalísticos à plataformização da violência, como *The Guardian*, *La Vanguardia* e *Le Monde*, é uma reação que, de um lado, alinha-se ao discurso organizacional da imprensa contra a desordem informacional e a violência a que jornalistas têm sofrido, assim como enfatiza a insubmissão ao que as plataformas querem ditar e delimitar. Por outro lado, abre margem para consolidação de práticas antiéticas, violentas e desinformativas como são os propósitos das plataformas digitais na atual conjuntura política e econômica, principalmente, do norte global.

Ireton (2019) alerta para os impactos que esse cenário tem trazido ao jornalismo, tendo em vista que a velocidade e o alcance das plataformas digitais somado às possibilidades de que qualquer pessoa pode ser uma editora de conteúdos impulsionam um regime de desconfiança e uma abertura aos extremismos e às mentiras. A pesquisadora adverte que, “neste mundo, as redações [jornalísticas] lutam para reivindicar e desempenhar seu papel histórico de guardiões do portão, cujo produto pode ajudar a estabelecer a verdade” (Ireton, 2019, p. 35)<sup>5</sup>. Nesse sentido, o desafio da desordem informacional em tempos plataformizados ao jornalismo é ir além da moderação e regulação dos sistemas digitais – embora tais medidas sejam fundamentais como peça aliada ao fomento da educação midiática – e incluir rigor, cuidado e ética associado ao fortalecimento interno no cumprimento de seu papel informativo.

Soma-se a isso, a necessidade de respostas dos jornalistas que devem ir além da checagem de fatos, processo intensificado como tentativa de restauração da credibilidade jornalística (Mantzaris, 2019). Nas práticas jornalísticas, a checagem assume centralidade para validação das informações, tendo em vista que deve ser uma etapa anterior à publicação, por meio de trabalho criterioso do jornalista para garantia da veracidade do acontecimento narrado. Porém, na atualidade, diante dos desafios que surgem com a desordem informacional, a checagem adquiriu outros contornos com a emergência de mecanismos de verificação do que já está publicado, foi dito e segue em circulação. Essa

---

<sup>5</sup> Por guardiões dos portões, podemos entender a função de *gatekeeper* do jornalismo, mobilizada no contexto dos anos 1950 por David Manning White para se referir ao papel de porteiro das informações, isto é, uma seleção do entra e do que sai como notícia das redações.

prática se tonifica com a criação de agências independentes de checagem, como exemplo a *Agência Lupa* e o *Projeto Comprova*, que trabalham em frentes de monitoramento, colaboração e fortalecimento da alfabetização midiática. Apesar de serem mecanismos fundamentais na atualidade – e concordamos com a atuação de tais projetos de forma cada vez mais abrangente –, é importante reconhecer que há um impacto direto sobre as práticas jornalísticas, como alerta Palacios (2019). De um lado, percebe-se a contribuição na tentativa de restaurar a confiança da sociedade no jornalismo, mas, por outro, emergem preocupações éticas e deontológicas, pois esse deslocamento da credibilidade do jornalismo para organizações de checagem *ex post* pode resultar em uma dependência excessiva das agências, cujo trabalho é limitado pelos recursos disponíveis e pela quantidade de conteúdos checados, ocasionando impactos na autonomia dos veículos e profissionais da imprensa, bem como questionamentos sobre os compromissos do jornalismo com a transparência (PALACIOS, 2019).

## IA e trabalho jornalístico

A complexidade da conjuntura atual nos desloca para outra questão que nos parece urgente: o uso de IA por jornalistas, realidade cotidiana nas redações a partir da introdução de sistemas generativos e das reduções dos postos de trabalho. Como Cabral (2022) observa, a automação de processos proporcionada com base em sistemas de *Natural Language Generation* (NLG) possibilita escrever textos com estrutura, estilo e ortografia semelhantes aos humanos, criar imagens para ilustrar narrativas e produzir vídeos com celeridade na edição. Os usos se expandem com a introdução das ferramentas generativas, cujo poder de processamento de grandes volumes de dados abreviam o tempo que seria gasto por jornalistas. Um exemplo é a ação, parte do projeto Irineu, desenvolvida pelo jornal *O Globo* que, por meio de IA, propôs à análise de 600 mil discursos deste século do Congresso Nacional do Brasil<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes, o link está disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/especial/em-projeto-inedito-o-globo-usa-ia-para-decifrar-os-600-mil-discursos-deste-seculo-no-congresso.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2025. Vale mencionar que o início do projeto Irineu consiste no uso da IA para resumir reportagens e notícias do site do jornal, prática que evidencia novos hábitos de leitura das pessoas conectados à rapidez dos espaços digitais.

Na atualidade, a automação do jornalismo não se restringe somente à coleta e à análise de dados. O aprendizado automático, conhecido como *machine learning*, integra algoritmos capazes de refinar e aprimorar as operações sem a necessidade de intervenção humana contínua, conforme Mitchell (1997) explica. Em uma lógica de produção incessante de materiais, impulsionada pelos fluxos de dados nas plataformas digitais, aparentemente há uma vantagem da automatização pela velocidade com que os resultados são gerados. Porém, abrem-se questões e controvérsias sobre a IA no jornalismo.

Para se ter como exemplo, nas diretrizes editoriais do *Grupo Globo*, orientam-se jornalistas a usar IA desde que o processo tenha supervisão humana, seja transparente com o público e respeite os direitos autorais próprios e de terceiros (Grupo Globo, 2024). Contudo, parece-nos urgente ir além, haja vista as alterações provocadas pelos sistemas de IA e algoritmos na filtragem e na distribuição de informações. Em conferência realizada no evento *Meistudies* (2024), Luciana Moherdaui avançou as discussões para os riscos éticos e legais da IA, como evidenciado na iniciativa “Operação Retweet”, realizada pela organização *Connectas* durante as eleições na Venezuela. Esse projeto utilizou algoritmos para redistribuir notícias de fontes independentes, em uma estratégia que buscou proteger jornalistas da repressão governamental e assegurar a circulação de informações, por meio da criação de âncoras de jornais feitos por IA (Meistudies Media Ecology and Images Studies, 2024). Esse caso parece ser uma alternativa consciente do uso da IA como estratégia comunicacional e de proteção em contextos repressivos.

Há que se notar que os sistemas de IA e os algoritmos, protegidos pelas *big techs*, alteram a forma como as informações são filtradas e distribuídas. Por outras palavras, as *big techs* por meio de automações assumiram o papel de *gatekeeper* no lugar da imprensa, segundo Barcellos (2024), decidindo o que é relevante ou não para cada usuário. De tal maneira, parece-nos formar questões que impactam diretamente a democracia e a polarização. Nas palavras do pesquisador:

São os algoritmos e sistemas de IA das gigantes da internet que escolhem automaticamente as informações que cada indivíduo receberá. Nas sociedades democráticas, porém, a função caberia aos jornalistas. Nelas, a sociedade civil delega à imprensa a escolha das notícias mais significativas, sua formatação e entrega ao cidadão, trabalho feito sob pressupostos éticos e deontológicos do jornalismo (BARCELLOS, 2024, P. 129).

Barcellos (2024) assinala também que os sistemas automatizados podem ser desenvolvidos por jornais para definir aquilo que está em alta e com maior número de

comentários. Essa ação nos lembra os próprios *trending topics* das plataformas digitais, como X, que apresentam o ranqueamento daquilo que está recebendo maior atenção dos usuários. Nessa lógica, concordamos com o pesquisador com o fato de que estar refém dos mecanismos das plataformas digitais seja um problema pelos próprios modos de controle que tais espaços definem. Esse poder das corporações gera consequências graves como a criação de bolhas algorítmicas em que as pessoas são retroalimentadas por aquilo que acreditam e desejam receber, ocasionando a limitação do debate democrático e a alimentação de polarizações, tal como pode ser notado com grupos radicais.

Outro aspecto a ser considerado é que a IA modificou a própria natureza da produção e da edição jornalística. Os conteúdos dispostos em portais de notícias, por exemplo, são organizados com base em sistemas de mensuração que consideram o engajamento e a preferência dos usuários. Da mesma forma, técnicas de *Otimização para Mecanismos de Busca* (tradução para *Search Engine Optimization* – SEO) são articuladas ao trabalho de redação para os textos serem bem ranqueados em plataformas como o *Google* e, com isso, alcancarem o topo das páginas de buscas. Conseguir tal feito é sinônimo de sucesso e possível captura de usuários. Ajustar as práticas a essas lógicas competitivas impõe uma prevalência pelas métricas, mas que, muitas vezes, colocam em segundo plano a qualidade e os valores jornalísticos que pautam a escolha editorial das informações. Como Barcellos (2024) observa, aderir a essas práticas significa estar frente a perdas nos processos editoriais tradicionais do jornalismo. Logo, os textos informativos passam a ser formatados para ter métricas, o que pode impactar na autonomia editorial e na atenuação da função social do jornalismo. Na mesma via, percebemos que esse processo algorítmico consegue beneficiar a desordem informacional ao configurar aberturas àquilo que gera alcance, aderência e, consecutivamente, números.

A ausência de transparência dos sistemas automatizados movidos por algoritmos protegidos por corporações tecnológicas sinaliza um ambiente desigual, no qual interesses específicos, mas sobretudo comerciais, são primados sobre o direito à informação correta, checada e credível. Por isso, apostamos que uma resposta jornalística seja adaptar os gêneros textuais como alternativa para envolver audiências e preservar a relevância informativa. Talvez a saída temporária de determinadas plataformas digitais seja uma sinalização dada publicamente por não compactuar com a conjuntura em ascensão e tensionar por mudanças rápidas, porém não deve ser um mecanismo de solução para o

problema, pois as brechas para a colonização de discursos polarizados e desinformativos se abrem e alavancam ainda mais a potência de destruição.

Podemos refletir, nesse sentido, no caso da plataforma X e a instauração da IA *Grok*. Esse sistema generativo foi incluído na X gratuitamente, embora com limitações de resultados, para os usuários interagirem e obterem determinados retornos a suas questões. A popularização da IA integrada à plataforma evidenciou usos corriqueiros para saber se alguém corresponde a uma determinada realidade ou não. Usuários têm publicado frases como “@grok, isso é verdade?”; “@grok, true or false?”; “@grok, é verdade isso?”, em resposta a *tweets* e obtêm resultados imediatos da IA gerados por meio de consultas a acervos digitais. Por mais questionável que seja a ausência de competências midiáticas para reflexão crítica do que está sendo projetado, esse fenômeno evidencia a externalização da checagem ou a busca por concretude das informações a um sistema generativo capaz de inventar, replicar ou reforçar determinadas narrativas. Cabe ainda ter atenção ao fato de que Elon Musk, proprietário da plataforma, tem projetado discursos alinhados à extrema-direita política e ao neonazismo, o que, por sua vez, evidencia aberturas da X que permitem o avanço da toxicidade e da consolidação da platformização da violência.

Desinformação é outra preocupação central para as políticas de governança das plataformas. Principalmente depois da eleição de Donald Trump, em 2016, o combate às chamadas *fake news* passou a ser uma prioridade das plataformas e vem desencadeando ações significativas – e controversas – de moderação de conteúdo. Um destaque é a parceria do Facebook com agências jornalísticas de checagem de fatos, que faz parte do projeto “Facebook Journalism Project” (D’ANDRÉA, 2020, P. 45).

Até pouco tempo, as plataformas digitais desenvolviam sistemas para impedir, mesmo que minimamente, o avanço de mensagens duvidosas ou prejudiciais aos usuários. Contudo, é possível afirmar que essa mudança evidenciada pela extinção de mecanismos de verificação e pela adoção de política flexíveis a qualquer tipo de discurso se liga diretamente àquilo que pode elevar os lucros das corporações e conseguir prolongar as adesões políticas alinhadas aos propósitos organizacionais. A partir do momento em que regimes políticos conservadores e extremistas se impõem, sobretudo onde essas plataformas se mantêm, como nos Estados Unidos, a configuração discursiva muda no sentido de atender aos interesses políticos e econômicos em vigor por autoridades que alcançaram os espaços de poder institucional. Essa turbulência afetará a configuração do jornalismo e tende a gerar impactos no modo como as informações alcançam as pessoas,

corroborando com a atenuação daquilo que tem sido chamado por pós-verdade. Cada vez mais o privilégio ao que cada indivíduo acredita, desde que alinhado às possibilidades plataformizadas, se torna o mote dos serviços digitais.

## Considerações finais

As plataformas digitais se constituem como serviços que vão além da intermediação das interações e estabelecem os modos como a comunicação ocorre na contemporaneidade. Pelo modo como as *big techs* têm determinado ações, parece-nos a constituição de um sistema autocrático no qual tentam ter poder absoluto sobre os indivíduos e definem quais são as relações possíveis. Não é à toa que elas conseguem “reorganizar as relações interpessoais, o consumo de bens culturais, as discussões políticas, as práticas urbanas, entre outros setores da sociedade contemporânea” (D’Andréa, 2020, p. 7). Essas alterações na construção da realidade estão correlacionadas também ao jornalismo, cuja atuação na contemporaneidade tem sido crivada por desconfiças da sociedade, fundamentalmente pela desordem informacional que se potencializa com a consolidação das plataformas sem mecanismos regulatórios e legais.

Fundamental saber que, segundo resultados de uma pesquisa realizada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, o *WhatsApp* é a principal fonte de informações para 79% dos brasileiros (Valente, 2019). Notamos que há um processo de substituição de instituições certificadas para difusão das informações sobre acontecimentos do mundo por uma plataforma digital na qual os alcances das mensagens são incomensuráveis e as políticas de moderação dos conteúdos são nebulosas. Esse espaço digital junto a outros tantos forma a seara privilegiada para a expansão da desinformação, da informação incorreta e da má-informação, em que organizações e grupos sociais extremistas e conservadores se organizam articuladamente para expandir os próprios interesses.

Vale destacar a afirmação de Borges Júnior (2019) sobre o cenário atual, na qual o pesquisador afirma que:

[...] não pode ser à toa que “pós-verdade” tenha caracterizado eventos que, até pouco tempo, pareciam-nos tão improváveis de ocorrer. Da mesma forma, a disseminação de notícias falsas e a importância que tem adquirido a indústria da boataria nos últimos tempos, não podem ser desconsiderados como elementos importantes relacionados a esse sintoma (BORGES JÚNIOR, 2019, P. 530).

Esses movimentos evidenciam como as *big techs*, sob o pretexto de neutralidade tecnológica, consolidam posições de poder que favorecem a lógica do lucro em detrimento do interesse público. Ao se esquivarem de responsabilidades editoriais, essas corporações criam ecossistemas comunicacionais que favorecem a fragmentação social, a radicalização política e a corrosão dos valores democráticos. A ausência de transparência nas decisões algorítmicas e a permissividade em relação à circulação de discursos de ódio e desinformação revelam não apenas uma falha ética, mas uma estratégia deliberada de captura da esfera pública por interesses privados.

Portanto, a atual configuração das plataformas digitais representa não só um desafio para o jornalismo, mas uma ameaça sistêmica para a democracia. O enfraquecimento das mediações jornalísticas tradicionais, substituídas por fluxos informacionais mediados por algoritmos opacos e enviesados, demanda uma resposta urgente da sociedade civil, dos legisladores e dos próprios profissionais da comunicação. Não basta resistir; é necessário reivindicar novas formas de governança digital que reinstalem a centralidade dos direitos humanos, da pluralidade informativa e da transparência nas dinâmicas comunicacionais contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Pós-verdade**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- BARCELLOS, Z. R. Os impactos da distribuição de notícias por algoritmos e sistemas de inteligência artificial na cidadania. In: MARTINS, G. L.; SOUZA, M. E. de (Org.). **Jornalismo, tecnologia e cibercultura: panoramas e debates**. Cachoeirinha: Fi; SBPJor Luiz Gonzaga Motta, 2024. p. 127–154.
- BARRETO, I. **Fake news: Anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
- BORGES JÚNIOR, E. What is the post-truth? Elements for a critique of the concept. **Brazilian Journalism Research**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 496–513, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1189>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- D'ANDRÉA, C. F. D. B. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- GRUPO GLOBO atualiza princípios editoriais para incluir orientações sobre inteligência artificial. **G1, Mídia e Marketing**, [S. l.], 27 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2024/06/27/grupo-globo-atualiza-principios-editoriais-para-incluir-orientacoes-sobre-inteligencia-artificial.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- IRETON, C. Verdade, confiança e jornalismo: por que é importante. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Org.). **Jornalismo, Fake News & Desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2019. p. 34 – 45.
- LEAL, B. S.; ANTUNES, E.; VAZ, P. B. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- LEÓN, L. P. Meta promete se aliar a Trump contra países que regulam redes sociais. **Agência Brasil**, [S. l.], 7 jan. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/internacional/noticia/2025-01/meta-promete-se-aliar-trump-contr-paises-que-regulam-redes-sociais>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MANTZARLIS, A. Verificação dos fatos. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (Org.). **Jornalismo, Fake News & Desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2019. p. 86–102.
- MEISTUDIES MEDIA ECOLOGY AND IMAGES STUDIES. **Jornalismo versus IA: quais os desafios deste cenário?** [S. l.]: [YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=62VMgXfew8g), 3 nov. 2024. 1 vídeo (aprox.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=62VMgXfew8g>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MITCHELL, T. M. **Machine Learning**. Columbus: McGraw-Hill, 1997.

PALACIOS, M. Fake news e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística. *In*: MARTINS, M. L. M.; MOREIRA, I. (Org.). Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono. [S. l.]: Edições Húmus, 2019. p. 77–90.

RECUERO, R. The Platformization of Violence: Towards a concept of discursive toxicity on social media. **Social Media + Society**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/20563051231224264>. Acesso em: 28 jul. 2025.

THE GUARDIAN. Why the Guardian is no longer posting on X. **The Guardian**, [S. l.], 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/media/2024/nov/13/why-the-guardian-is-no-longer-posting-on-x>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VALENTE, J. WhatsApp é principal fonte de informação do brasileiro, diz pesquisa. **Agência Brasil**, [S. l.], 10 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/whatsapp-e-principal-fonte-de-informacao-do-brasileiro-diz-pesquisa>. Acesso em: 28 jul. 2025.

VIEIRA FILHO, M. J.; BHERING, G. Chocar não é informar: reflexões sobre desinformação no contexto de plataformação. *In*: MARTINS, G. L.; GARAY, G. R.; OYARCE, J. (Org.). **Tecnológicas**. Lisboa: Ria Editorial, 2024. p. 194-216.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Reflexão sobre a “desordem da informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má informação. *In*: IRETTON, C.; POSETTI, J. (Org.).

**Jornalismo, Fake News & Desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 2019. p. 46 – 58.

## BIOGRAFIA DOS AUTORES

### Maurício João Vieira Filho

Professor substituto no Departamento de Fundamentos, Teorias e Contextos (FTC) da Faculdade de Comunicação (FACOM) e doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e desenvolve pesquisa sobre narrativas de vidas LGBTQIA+ escritas durante a pandemia de covid-19. Desde 2019, é integrante do grupo de pesquisa DIZ: Discursos e Estéticas da Diferença (UFV/CNPq). **E-mail de contato:** [mauriciovieiraf@gmail.com](mailto:mauriciovieiraf@gmail.com)

### Talita Souza Magnolo

Pesquisadora Associada no PPGCOM/UFJF Professora Substituta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (mai/2023 - abr/2025). Coordenadora do Projeto "Memória". Vice-líder do Grupo de Pesquisa (UFJF/CNPq) Comunicação, Cidade e Memória. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha "Competência Midiática, Estética e Temporalidade", sob orientação da Profa. Dra. Christina Ferraz Musse. **E-mail de contato:** [talita.magnolo@yahoo.com.br](mailto:talita.magnolo@yahoo.com.br)